

## BUSCANDO UMA EPISTEMOLOGIA DA HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE: UM ENSAIO HERMENEUTICO A PARTIR DE PAUL RICOEUR

Robson Stigar<sup>1</sup>  
Vanessa Roberta Massambani Ruthes<sup>2</sup>

### RESUMO

A Humanização na Área da Saúde no Brasil é um movimento que estruturou-se a partir de um diagnóstico social das falhas no atendimento público em saúde que não respeitavam a dignidade dos sujeitos implicados no processo. Ela, neste sentido foi concebida a partir de uma práxis e não apenas de teorias. Neste sentido há várias tentativas de aproximar linhas de pensamento filosófico dos objetivos da humanização. Dentre estas linhas há a que foi estruturada por Paul Ricoeur que se pressupõe em uma ética responsiva que tem como foco a (re)colocação do sujeito capaz para a sua atuação semântica na sociedade. Tal proposta vem ao encontro da Política Nacional de Humanização, que tem como um de seus objetivos o enfrentamento a partir da co-gestão, da participação de todos os envolvidos no processo de geração de saúde.

**Palavras-chave:** Humanização, transformação social, semântica da ação.

### ABSTRACT

The Humanization in Healthcare in Brazil is a movement that was structured from a social diagnosis of failures in care in public health who did not respect the dignity of the individuals involved in the process. She, in this sense was conceived from a practice and not just theory. In this sense there are several attempts to draw lines of philosophical thinking of the objectives of humanization. Among these lines there that was structured by Paul Ricoeur assumes that in a responsive ethics that focuses on the (re) placement of the subject capable for its semantic role in society. This proposal is in line with the National Humanization Policy, which has as one of its objectives the confrontation from the co-management, the participation of all those involved in the generation of health.

**Keywords:** Humanization, social transformation, semantic action.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Religião – PUCSP. E-mail: [robsonstigar@hotmail.com](mailto:robsonstigar@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Teologia – PUCPR – E-mail: [vanessa\\_ruthes@yahoo.com.br](mailto:vanessa_ruthes@yahoo.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem a intenção de iniciar uma reflexão sobre a hermenêutica política que Paul Ricoeur apresenta em sua ética responsiva que tem como foco a (re)colocação do sujeito capaz para a uma atuação semântica na sociedade.

No nosso entender tal proposta vem ao encontro da Política Nacional de Humanização, que tem como um de seus objetivos o enfrentamento a partir da co-gestão, ou seja, da participação de todos os envolvidos no processo de geração de saúde.

A ação pretendida pela Política Nacional de Humanização, tem como objetivo um processo de transformação social que na estrutura política que temos no Brasil atual vem ao encontro da noção de Ser Humano capaz de transformação que por meio da semântica e da participação coletiva engendra novos processos nas diferentes Instituições.

Paul Ricoeur, filósofo francês do século XX deixou um legado que atualmente é referência no que diz respeito às investigações das diversas ciências humanas, sobretudo no pensamento ético filosófico contemporâneo.

## **EM BUSCA DE UMA EPISTEMOLOGIA**

A Humanização na Área da Saúde é entendida hoje no Brasil não somente como um conceito, mas como um movimento desde segmento que visa, em linhas gerais, tornar digna a assistência a saúde a todos os cidadãos. O termo humanização é sem dúvida um dos mais difundidos atualmente, estando presente em vários segmentos da sociedade: no ambiente educacional, no mundo corporativo, no universo filosófico e religioso, como também e principalmente na área da saúde. Ela inicia a partir do processo dialético de compreensão de que os equipamentos públicos e privados de saúde não supriam as necessidades de atendimento. Como afirma PASCHE:

Arouca já defendia na 11ª Conferência Nacional de Saúde que a reforma sanitária era muito mais do que um processo meramente tecnoburocrático ou gerencial na história da saúde pública brasileira; tratava-se de um marco na direção do aprimoramento de nossa experiência civilizatória. Em outras palavras: a construção do SUS teria como uma de suas conseqüências o aperfeiçoamento de nossa própria experiência como sociedade, então mais justa e solidária a partir da defesa de valores como democracia direta, controle social, universalização de direitos e humanização do cuidado. E

ampliando a visão de saúde para além da assistência com a incorporação da promoção e prevenção e reconhecendo o cidadão não como simples cliente ou usuário, mas como sujeito. (PASCHE. 2011. p. 4542).

Neste sentido o processo de construção da Humanização no Brasil se dá a partir da prática de assistência e do diagnóstico do processo falho que não priorizava os princípios do SUS<sup>3</sup>, como também não promovia a dignidade do usuário.

Esta dimensão de intervenção vem ao encontro daquilo que GEUSS denomina de transformação social, que fundamentada no princípio de Revolução tem como proposta, a partir de uma dialética, “a erupção histórica de algo radicalmente novo (...) ocasionando uma mudança qualitativa” (2008. p. 140). A partir do conceito marxista de infra-estrutura podemos afirmar que o que fomenta tal movimento é o paradoxo entre a tecnologia disponível e o conjunto das relações sociais. Neste sentido as suas características fundamentais são o engajamento político e a insatisfação.

Tendo em vista esta perspectiva de análise pode-se afirmar que a Humanização na Área da Saúde no Brasil, mais que uma teoria sobre a necessidade de humanizar o humano que sofre, constitui-se um movimento social que busca a modificação real de um modelo assistencial. Assim, encontramos neste ponto a problemática que se pretende abordar: qual é a linha de pensamento que vem ao encontro da proposta apresentada e pode fundamentá-la?

Várias são as respostas possíveis. Muitos procuram alinhar toda esta proposta a defesa da alteridade, a partir da Fenomenologia desenvolvida por Martin Bubber e Emmanuel Lévinas. Contudo, o fundamento desta perspectiva é o reconhecimento do outro em seu processo de fragilidade não se fundamenta necessariamente no viés histórico que a Humanização propõe.

Outra possibilidade apresentada por muitos é o alinhamento com a filosofia de Hans Jonas, que aborda o paradoxo entre o desenvolvimento das tecnologias em saúde e as relações. Mas, não percebemos em suas afirmações um caráter mobilizador proposto pela Humanização Hospitalar. Enfim, poder-se-ia citar tantas outras correntes que, apesar de possuírem aproximação com a proposta, não podem ser consideradas como fundamento

---

<sup>3</sup> Os princípios dos SUS são fundamentados nas Leis Orgânicas da Saúde, a saber: Lei 8.080/90 e a Lei 8.142/90. Eles são divididos em dois grupos: os Doutrinários/éticos e organizacionais / operativos ou Diretrizes do SUS. O primeiro grupo possui três princípios: Universalidade (de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência), Integralidade (de assistência com atendimento na íntegra), Equidade (para diminuir as desigualdades, devemos promover o tratamento desigual para as situações desiguais). O segundo grupo possui quatro princípios: Descentralização dos serviços, Hierarquização da rede, Regionalização da rede e a Participação Social ou da Comunidade, denominado de Controle Social.

filosófico, pois não atendem características e requisitos básicos apresentados pela Humanização Hospitalar no Brasil.

Neste sentido, buscamos no pensamento de um filósofo francês: Paul Ricoeur uma linha de pensamento que concentre a preocupação com a subjetividade, a defesa da autonomia e do exercício social desta, como também a preocupação do papel do Estado neste processo.

Cabe ainda ressaltar que a sua filosofia parte de uma análise fenomenológica do tempo que ele viveu. Em sua obra *História e Verdade* ele afirma que sua reflexão filosófica se propõe “abordar de forma pontual e enfática a violência da história e transcender-la com o juízo” (1968, 211).

Seu pensamento constituiu a ontologia de um ser humano interpelado pela finitude existencial que deseja vivenciar uma existência realizada, plenificada, na finalidade de constituir-se um ser humano capaz; porém, isso acontece somente mediante o conhecimento de quem ele próprio é, de si-mesmo que se reflete de forma direta nas relações, inclusive políticas.

Tal proposta não é um fato dado, mas constitui a tarefa de uma vida toda. O conhecimento de si, se aprofundado, gera suspeita. A consciência não é tão exata quanto ao que de fato constitui o ser. Ricoeur propõe um longo caminho a ser percorrido onde o exame de si assume uma postura epistêmica, uma identidade, caracterizada como identidade narrativa.

O sujeito que narra a si próprio, a sua existência, realiza ao mesmo tempo uma interpretação de si mesmo; nisto fica evidente a importância do reconhecimento histórico e da hermenêutica como métodos. O exercício do conhecer revela uma dialética com a alteridade, porém, uma alteridade que tem em vista não somente o outro enquanto outrem, mas um outro que sou eu e que faz parte do meu processo narrativo.

Esta relação dialética e hermenêutica traz em si a mediação da linguagem, da psicanálise, das narrativas históricas e de ficção, enfim um sujeito que lê sua vida e a narra, conseqüentemente avaliando sua ação, o que é fundamento para uma atitude ética, esta que não está dissociada da ação comum pela política em sua significação fundamental.

Neste sentido, o filósofo francês busca a compreensão da vontade humana através da dialética entre liberdade e natureza, seja nas implicações éticas da narrativa de si-mesmo, bem como na consumação de um agir ético pautado pela estima e pelo respeito de si-mesmo como um outro e do outro como um si-mesmo. Ele inicia sua reflexão fazendo uma distinção entre os predicados: *bom* e *obrigatório*, onde o primeiro faz referência à intenção ética retomando a tradição teleológica direcionando-se a Aristóteles, onde então, ocorre a exigência de uma vida

Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória-ES, v. 4, n 2, jul.-dez., 2016

virtuosa no propósito da felicidade. Já o segundo predicado nos transporta a Kant, à tradição deontológica onde tem vez o agir moral e sua universalização.

Assim, em linhas gerais o conceito de bom remeter-se-á à “estima de si” e o de obrigatório ao “respeito de si”. Ricoeur acredita que há uma relação recíproca entre estas duas dimensões.

Assim sendo, num primeiro momento temos aquilo que é considerado o primado da ética sobre a moral – característico do aristotelismo - e no segundo momento surge a necessidade da moral validar aquilo que é considerado ético – fundamento da ética kantiana – e por fim uma espécie de retorno à ética em casos necessários, situações singulares onde somente o recurso à moral não seja totalmente aplicável, retornando à intenção ética e dando lugar à *phronésis*, como solução, ou seja, a capacidade de agir de modo prudente e conveniente frente a estas situações. Este caminho trilhado dá sentido à constituição daquilo que é denominado por Ricoeur de pequena ética: Viver a vida boa, com e para os outros, em Instituições e sociedades justas.

A tradição teleológica tem seu fundamento em Aristóteles, considerado o primeiro a sistematizar a ética como uma ciência das virtudes, sendo que em Ricoeur esta tradição aparece então como um horizonte à vida ética. O eudaimonismo aristotélico caracterizado pela busca da Felicidade e do Bem como fins últimos pressupõe o papel fundamental da boa ação, o bem agir intencionando uma vida boa, um bem viver, conseqüências de uma vida virtuosa.

Nesta intenção temos presente a estima de si, que na perspectiva ética do nosso filósofo é estima de si e estima do outro. Aristóteles quando trata da amizade como uma virtude afirma que: “o homem virtuoso é para o seu amigo tal como é para si próprio” (1973, IX, 9, 1170 B, 5). Ou seja, de certo modo, vemos já o transparecer da solicitude, e em Aristóteles destacando o conceito de amizade, aquilo que soa como justiça e igualdade em consideração às relações de alteridade, pois, como declara Ricoeur em relação à amizade: “ela leva ao primeiro plano a problemática da reciprocidade”. (1991. p. 225).

A intenção ética está associada ao reconhecimento do outro, não somente pelo fato de que as relações de amizade são coisas necessárias à vida, mas pelo fato de que daí emergem conceitos tão importantes à vivência ética na atualidade, principalmente os ligados aos direitos humanos. Dessa forma, não se pode ter estima de si, sem ter em vista o outro, o que deve predominar aqui é o princípio de similitude.

Tais conceitos nos remetem já ao campo das Instituições, e no caso, à uma vivência em Instituições justas o que no fundo nos remete ao *ethos* em seu sentido original. Assim, “o Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória-ES, v. 4, n 2, jul.-dez., 2016

viver-bem não se limita às relações interpessoais, mas estende-se à vida das instituições” (RICOEUR, 1991. p. 227). A vivência justa de um sujeito para com o outro implica na possível vivência justa do todo onde a dimensão política ganha destaque e amplitude.

A tradição deontológica, por sua vez, apresenta com intensidade o domínio da moral. Aqui ocorre o momento onde a visão ética passa pelo crivo da norma. Consiste numa avaliação geral do imperativo categórico kantiano onde pode ser visto a importância dos conceitos de universalização, de respeito e de autonomia. Assim, aparece a noção de vida-bom como obrigação, a solicitude como norma e a justiça como princípio.

A intenção da vida-bom ressoa em Kant a partir do conceito de boa vontade, para ele não se constitui apenas como uma postura individual, ela é o próprio fundamento da ética, pois ela não se constitui como tal “por aquilo que promove ou realiza, (...) mas tão somente pelo querer, isto é, considerada em si mesma, deve ser avaliada em grau muito mais alto do que tudo o que por seu intermédio possa ser alcançado em proveito de qualquer inclinação” (KANT, 1980, p.110). Neste sentido, entendida como conceito *apriori*, a boa vontade é transcendental ao humano.

Nesta mesma dimensão Ricoeur propõe que da mesma forma que na tradição ética, a vida boa assumam significância, também na moral ela aparece: “Ora, se a ética se manifesta para o universalismo através de alguns traços que acabamos de lembrar, a obrigação moral também não existe sem ligações na perspectiva da vida boa” (1991. p. 239). A “boa vontade” é universal e aqui se torna obrigação, uma ação realizada por dever; ou seja, o sujeito pensa a sua ação como algo universalizável, aquilo que é bom e correto para mim deve ser para os demais. Isso sustenta o imperativo ao passo que implica no conceito de humanidade, reconhecer a humanidade do outro, tê-lo como fim e não como um meio.

Diante das inclinações do constrangimento (RICOEUR, 1991, p. 243)<sup>4</sup> a boa vontade, carece da norma e tal sentimento resulta na autolegislação, na autonomia da ação, a vontade autolegisladora. A autonomia adquire um papel singular no sujeito da ação. Como afirma Ricoeur: “(...) já não é somente da vontade que se trata, mas da liberdade” (RICOEUR, 1991, p. 245). A autonomia seria a base do agir moral, é a *verdadeira obediência*. Desse modo, a vontade boa será igualada à vontade autolegisladora, segundo o princípio supremo de autonomia.

Do conceito de autonomia é revelada a natureza do conceito de respeito. O respeito funde-se à norma, o respeito deve ser norma em qualquer sociedade que tenha por princípios

---

<sup>4</sup> Segundo Ricoeur o constrangimento é aquilo o que determina a forma do imperativo que determina a regra de universalização.

uma solicitude em vista de valores universais, ou seja, é no plano da obrigação e da regra que o respeito desenvolve-se, caracterizando uma estrutura dialogal da ética. Revela-se já características de uma reciprocidade ética (e moral) em si mesma, de uma solicitude que tem então como equivalente moral o respeito.

Como afirma CESAR (CESAR, 2002, p.125), Ricoeur aborda as problemáticas da violência, apontando, o risco presente nas relações inter-humanas, da exploração, da violência e o do que dela deriva, pois a violência equivale à perda da liberdade do outro, à “diminuição ou à destruição do poder fazer de outrem” (RICOEUR, 1991, p. 258). Aqui também se dá a universalização, à luz do conceito de pessoa como fim último de humanidade pode verificar um prolongamento da universalidade que regia a autonomia. Universalização e humanidade complementam-se, de modo, que está contido no conceito de humanidade é a expressão plural do desejo de universalização, o que garante também uma pluralidade à autonomia.

Tal formulação complementa-se com os denominados princípios de justiça. Ricoeur considera instituições todas as estruturas do viver-junto, desde a sua formação micro, como a família, à sua formação macro, a vivência de uma comunidade nacional. A justiça está ligada às Instituições como a virtude do cidadão justo, como excelência central e unificadora da existência pessoal e política, presente na tradição teleológica, como visto anteriormente.

Neste contexto emerge o conceito ricoeuriano de homem capaz, o sujeito que se constitui como ser ativo e passivo, capaz de falar, de narrar, de viver junto a outros na sociedade – que para Ricoeur tem como modelo a *polis grega*.

Este humano seria capaz também de configurar o âmbito político onde os cidadãos entrecruzam seus interesses, identidades, memórias na gestação de uma possível história comum de suas ações (RICOEUR, 1995, p. 45) <sup>5</sup>. Ricoeur define a política por ação e a palavra.

## **A POLITICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO**

Ao pensar a ação, nosso autor é testemunha da perplexidade, da discussão e da confrontação sempre ocasionadas e impulsionadas pelas possibilidades de um pensar com metáforas vivas, símbolos, novos discursos; tão urgente para o mesmo ato de pensar, de criar linguagem, assim como para dinamizar a semântica da ação e conseqüentemente uma pratica..

---

<sup>5</sup> Sobre o conceito de homem capaz.

Tal semântica pode ajudar, no âmbito da saúde pública brasileira, pensar a Humanização Hospitalar. Em um sistema em que as carências de recursos e gestão efetiva e eficaz fazem com que o processo de atendimento assistencial seja comprometido, afetando de forma direta ou indireta a dignidade os usuários e dos profissionais de saúde. Neste sentido utilizar a semântica da ação, proposta por Ricoeur, colabora para que os diferentes sujeitos implicados no processo exerçam seu poder de discussão e de decisão, através de uma ação verdadeira política e democrática.

A partir deste contexto é que a Humanização na saúde foi sendo estruturada. No ano de 2003 foi criada pelo Ministério da Saúde e pactuada pelo Conselho Nacional de saúde a Política Nacional de Humanização (PNH). Esta surge com três objetivos principais:

1. Enfrentar desafios enunciados pela sociedade brasileira quanto à qualidade e à dignidade no cuidado em saúde;
2. Redesenhar e articular iniciativas de humanização do SUS;
3. Enfrentar problemas no campo da organização e da gestão do trabalho em saúde que têm produzido reflexos desfavoráveis tanto na produção de saúde como na vida dos trabalhadores. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Cabe salientar que todos os objetivos ratificam a proposta de transformação social, que não deve ser entendida como mero revisionismo dos princípios do movimento sanitário brasileiro, pois este, segundo PASCHE somente “abrandam as radicalidades e contemporiza os conflitos”. A dimensão da transformação “significa rever as formas instituídas no campo das práticas de saúde, colocando em análise as Instituições” (2011, p. 4542).

Para que isto possa ser operacionalizado, a Política Nacional de Humanização propõe vários desafios sendo que o primeiro: Qualificar o sistema de Co-gestão do SUS é o que consideramos central no processo de transformação. Pois a devida participação social, o exercício da semântica da ação só pode ser realizado quando todos os sujeitos envolvidos num processo tem voz, compreensão e poder de auxiliar de forma prática a execução das mudanças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo procurou apresentar um breve ensaio sobre a semântica em ação com os princípios da fundamentação do processo de construção da Humanização na área de Saúde a partir da ética em Paul Ricoeur.



Entendemos que necessitamos neste momento de novos paradigmas para a área da saúde, um desses paradigmas é a Humanização. Paradigma pode ser entendido por um exemplo, um modelo, uma referência, uma diretriz, um parâmetro, um rumo, uma estrutura, ou até mesmo um ideal.

Podemos constatar que a ação pretendida pela Política Nacional de Humanização, tem como objetivo um processo de transformação social que na estrutura política que temos no Brasil atual vem ao encontro da noção de homem capaz, um agente de transformação que por meio da semântica e da participação coletiva engendra novos processos nas diferentes Instituições.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BENEVIDES, Regina. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 10, vol. 03, pp. 561-571, 2005.

CESAR, Constança M. & VERGINIÉRES S, **A Hermenêutica Francesa – Paul Ricoeur – a Vida feliz em Aristóteles e Ricoeur**. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2002

DÍAZ, Guillermo Zapata. La Herméutica Política de Paul Ricoeur. In **Universitas Philosophica** 59, ano 29, Bogotá, jul-dez 2012.

GEUSS, Raymond. A dialética e o impulso revolucionário. In: RUSH, Fred. **Teoria Crítica**. Trad. Beatriz Katinsky. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Tania Maria BernKopf. In: Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **HumanizaSUS: Documento Base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

PASCHE, Dário Frederico. Cinco anos da Política Nacional de Humanização: trajetória de uma política pública. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 16, vol. 11, pp. 4541-4548, 2011.

RICOEUR, PAUL. **O Si-mesmo como um outro**. Trad. Luci Moreira Cesar, Campinas: Papyrus, 1991.